

**Resenha do livro:** LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007. 368 p.

Íris Morais Araújo \*

O livro *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos* reúne os principais resultados do colóquio sobre Patrimônio, evento ocorrido na cidade de Goiás em julho de 2006. A organização do encontro foi incumbência do grupo de trabalho “Patrimônio”, formado em 2002 no âmbito da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), e contou com o apoio da Fundação Ford, da Secretaria de Museus do Ministério da Cultura e da Embaixada da França.

Na ocasião, esteve reunido um grupo significativo de antropólogos que vem trabalhando com a temática do patrimônio. O livro reflete bem a diversidade de perspectivas, formas de atuação e objetos de pesquisa a que tais especialistas têm se dedicado. A publicação possui três partes, que guardam qualidades próprias. A primeira delas busca contextualizar as maneiras pelas quais, no país, as discussões relacionadas a patrimônio tornaram-se seara dos antropólogos. Nesta primeira parte também são apresentados balanços a respeito da forma com que tais debates têm sido realizados em algumas pesquisas recentes; aquelas que foram expostas em três diferentes grupos de trabalho sobre patrimônio da XXV Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Goiânia, também em junho de 2006, poucos dias antes do colóquio dos especialistas em patrimônio.

Os artigos em questão visam destacar, de modo geral, que o tema do patrimônio tem chamado cada vez mais a atenção dos antropólogos. Por sua vez, tais estudiosos vêm buscando dialogar com especialistas formados em diferentes disciplinas (especialmente a história, a arquitetura, a educação, as artes) e que não necessariamente atuam na esfera acadêmica. Tampouco os antropólogos têm ficado restritos a tal esfera, e são cada vez mais chamados para agirem como gestores do patrimônio.

O fenômeno ocorre especialmente porque a noção de patrimônio tem se tornado mais complexa e próxima de temáticas e questões tratadas pelos antropólogos há

muito. A idéia de patrimônio intangível, que tem sido central para as políticas públicas de patrimônio no país e no exterior, é recorrente em diversos artigos de *Antropologia e patrimônio cultural*, e apresenta-se articulada às discussões relacionadas à formação de identidades, um tema central da Antropologia contemporânea.

A segunda parte do livro sob exame traz as reflexões de alguns antropólogos que produziram etnografias relacionadas à temática do patrimônio. Do nosso ponto de vista, há um salto qualitativo destes textos em relação aos anteriores. Em boa medida, isso ocorre porque tais artigos são apresentações aprofundadas de estudos de caso. Tais reflexões parecem permitir que o leitor acompanhe mais de perto as potencialidades da perspectiva antropológica para analisar uma experiência social tão complexa, como é a classificação de determinadas práticas sociais como patrimônio. Por isso, vale a pena adentrar um pouco mais nos artigos que compõem essa segunda parte de *Antropologia e patrimônio cultural*.

Em “O impacto da imigração européia sobre a produção de alimento e a culinária do médio vale do Itajaí – SC”, Marilda Checcucci Gonçalves da Silva analisa a culinária de uma certa colônia alemã catarinense através do contato com as práticas alimentares de tal grupo de origem européia, mas há muito vivendo no Brasil. A autora ressalta, especialmente, como ocorreu a incorporação, neste conjunto de pessoas, de hábitos alimentares com raízes luso-brasileira e indígena. E, ao mesmo tempo, como a patrimonização da alimentação determina certas práticas – tidas como “essencialmente alemãs” – em detrimento de outras, em função de uma atividade econômica cada vez mais forte naquela região; o turismo.

No texto “Caminhos e descaminhos do patrimônio imaterial”, Bartolomeu Tito Figueirôa de Medeiros trata das distintas experiências do antropólogo como gestor do patrimônio cultural e como pesquisador acadêmico. O artigo levanta questões sobre o trabalho do antropólogo em uma equipe multidisciplinar e seu papel de mediador entre o Estado, a sociedade civil e o mercado de bens patrimoniais. A reflexão ocorre por meio da análise de diferentes situações nas quais o autor esteve envolvido, especialmente na região do litoral norte e na cidade de Caruaru, ambas localizadas em Pernambuco.

Já em “Traduções Magüta: pensamento Ticuna e patrimônio cultural”, Priscila Faulhaber chama a atenção para a forma com que os Ticuna valorizam diferentemente sua produção material, numa escala que vai da alta significação ritual até a sua musealização. Ademais, o artigo chama a atenção sobre a forma com que o povo em questão tem se reapropriado de objetos Ticuna guardados em museus. Para tanto, os Ticuna usam a noção de “patrimônio cultural” relacionada ao contato interétnico.

Arlete Assumpção Monteiro trata, em “Patrimônio cultural, luta e identidade: os indígenas Pankararu em São Paulo”, da forma com que o processo migratório vivido por parte dos Pankararu é recriado por meio da história oral. O deslocamento espacial também gerou significativas mudanças das práticas do grupo em questão. Elas estão ligadas principalmente com os sentidos adquiridos pela idéia de “cultura Pankararu”, relacionada, por sua vez, à apropriação da educação universitária formal como prática corrente entre seus membros mais jovens.

Em “Museu do Índio: uma instituição singular e um problema universal”, o antropólogo Mário Chagas trata o Museu do Índio carioca como um mediador entre atores sociais. A análise recai sobre a forma com que se deu a realização de uma exposição sobre os Wajãpi com a coparticipação de alguns membros do referido povo indígena.

O artigo de Manuel Ferreira Lima Filho, “Entre formas e tempos: Goiânia na perspectiva patrimonial”, apresenta as representações construídas por alguns atores sociais em torno do tombamento do conjunto Art Déco de Goiânia, tensionando-as por meio das narrativas dos habitantes pioneiros da capital de Goiás sobre a primeira rua daquela cidade.

Por sua vez, Izabela Maria Tomaso, em “Relíquias e patrimônios que o rio Vermelho levou”, busca questionar as ações em torno do patrimônio tombado da cidade de Goiás em contraponto com o destino dos patrimônios pessoais em momento de catástrofe; a enchente que destruiu o município em questão em dezembro de 2001.

O artigo torna evidentes os conflitos que são constitutivos de qualquer política de preservação na qual a idéia de patrimônio cultural está sempre relacionada.

A terceira parte de *Antropologia e patrimônio cultural* apresenta algumas questões conceituais que se ligam, do ponto de vista da antropologia, ao tema do patrimônio. Em última instância, o objetivo é refletir sobre tal campo disciplinar e as tensões em torno do papel do antropólogo em meio a processos de objetivação da cultura. Seguindo neste rumo, José Reginaldo Santos Gonçalves apresenta uma reflexão contundente no texto “Os limites do patrimônio”. O antropólogo alerta que o inflacionamento da categoria “patrimônio”, fenômeno verificado nos últimos tempos, tem colocado em risco seu potencial analítico.

Em “Patrimônio, negociação e conflito”, Gilberto Velho narra um episódio ocorrido duas décadas antes no qual teve participação decisiva: o primeiro tombamento de um terreiro de candomblé do país, o Casa Branca, localizado em Salvador. Em meio às suas lembranças, o antropólogo evidencia a maneira com que os conceitos “tradição” e “memória cultural” são ressignificados à luz dos paradigmas teóricos da antropologia de finais do século 20. E, ainda, como as mudanças que o reconhecimento simbólico das produções coletivas são rebatidas na gestão política da memória social e, conseqüentemente, nas ações de diferentes grupos nas esferas de poder.

Regina Maria do Rego Monteiro Abreu, em “Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva”, apresenta em grandes contornos a forma com que a noção de patrimônio cultural colou-se, primeiramente, à formação dos Estados nacionais modernos. E, atualmente, como o eixo de entendimento da referida noção tem sido apropriada, nos dias de hoje, por diferentes setores da sociedade civil.

Já Alexandre Fernandes Corrêa, ao escrever “O primeiro patrimônio etnográfico do Brasil: a coleção-Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938)”, nos apresenta sua reflexão sobre a Coleção-Museu de Magia Negra do Rio de Janeiro (1938), que foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ainda nos anos 1930. O antropólogo busca compreender os significados, em contexto, de

termos como esquecimento e etnografia, para entender a lógica de classificação do bem cultural sob análise.

Em “Ouvir a cultura: antropólogos, memórias, narrativas”, de Julie Cavnac e Andréa Ciacchi, suas autoras chamam a atenção para uma ausência de estudos sobre a “matéria narrativa”. Elas apontam também para o necessário rigor metodológico no momento em que o antropólogo se depara com a narrativa como objeto de estudo. Tomando por suposto que no campo do patrimônio os saberes estão ancorados no passado, as autoras advogam a prática da “etnografia da memória” por parte dos estudiosos do fenômeno em questão.

O texto “A cidade: sede de sentidos”, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert analisam a política de preservação e conservação de bens culturais tomando o patrimônio universitário como objeto de estudo privilegiado. As autoras, assim, buscam instigar seus pares para que tenham um papel ativo quando o assunto em pauta vem à tona em um de seus nichos institucionais mais tradicionais; a universidade.

Em função da diversidade de questões que os antropólogos – atuando na academia e, cada vez mais, também fora dela – têm se deparado quando voltam suas atenções para o patrimônio, *Antropologia e patrimônio cultural* deve interessar a todos os agentes envolvidos com essas instigantes discussões. Vale muito a pena conferir.

### **Crédito**

Antropóloga. Mestre pela FFLCH-USP.

e-mail: irisaraujo80@yahoo.com.br